



Associação do Ministério Público debate o MP do futuro no XIV Congresso Estadual



3º Fórum + Segurança debate violência e impunidade

Págs. 6 e 7



AMP/RS conquista vitórias emblemáticas no Legislativo gaúcho

Pág. 15



Especialização em Roma estuda o combate ao crime organizado

Pág. 18

EDITORIAL

Pensando o futuro

Vivemos um contexto de transformações constantes e em grande velocidade. É o ritmo da vida, do trabalho, das relações e da evolução no século 21. O momento nos mostra, também, um cenário em que a criminalidade, em suas mais diversas versões, com ênfase na forma de corrupção, campeia por todo o País. Felizmente, em movimento fundamental e necessário em socorro à cidadania, o sistema de justiça brasileiro, em especial o Ministério Público, tem se mostrado presente e atuante no enfrentamento dessa chaga, bem como na mediação e solução de diferentes querelas.

Mas as circunstâncias atuais nos exigem ainda mais. Nossa instituição é desafiada diuturnamente a encontrar mecanismos para fazer frente ao mau uso de tecnologias por organizações criminosas de todo tipo. É preciso olhar adiante para ser eficiente no presente. E pensar ainda mais à frente para chegar forte ao futuro que nos espera.

É com esse pensamento que a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul promove, de 1º a 4 de agosto de 2018, o XIV Congresso Estadual do Ministério Público gaúcho. O evento, no Hotel Serra Azul, em Gramado, tem como tema central “O Ministério Público e o Futuro”, justamente alinhado à percepção de que as transformações sociais, as mudanças legislativas, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de aprimoramento humano precisam dialogar para dar o melhor de si à sociedade.

Por outro lado, nossa entidade de classe está envolvida em muitas outras frentes, defendendo e protegendo os interesses do Ministério Público e de seus membros nos Parlamentos, junto aos Poderes Executivos municipais, estadual e federal, assim como procurando se integrar à vida em comunidade. Basta acompanhar nesta edição um pouco de nossas mobilizações no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, por exemplo. Ou conhecer ações como o Fórum + Segurança, já em sua terceira edição. Tudo se resume a um objetivo comum: queremos um Brasil melhor.

Extrateto mobiliza entidades

A defasagem remuneratória é foco da atenção e da mobilização por parte das associações de membros dos Ministérios Públicos dos estados e da União, bem como do Judiciário. Um dos temas que têm concentrado os esforços dos representantes classistas é a discussão em torno do extrateto. Desde a aprovação, no final de 2016, de um pacote de projetos no Senado Federal em retaliação às carreiras por conta de suas atuações no combate à corrupção, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e tantas outras entidades têm defendido os interesses de seus associados em diferentes fóruns de discussão da matéria.

Igualmente, a Associação tem participado das reuniões da comissão especial que trata do tema na Câmara dos Deputados, criada em setembro do ano passado, em um grande avanço conquistado pela classe junto ao presidente daquela Casa Legislativa. A ideia era barrar uma votação rápida, sem que o Congresso Nacional desse a devida atenção a pontos do Projeto de Lei 6.726/2016 claramente violadores de direitos, além de inconstitucionais. O texto já havia sido aprovado no Senado e, se acolhido pelos deputados, seguiria para sanção do presidente da República.

Argumentavam as entidades que havia vício de origem no projeto, já que a iniciativa veio do Senado, o que não poderia ter ocorrido, pois em se tratando

de despesa orçamentária, o autor deveria ser a Presidência da República ou a Câmara dos Deputados. No dia 13 de junho, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) publicou nota pela rejeição do parecer do projeto, apresentado na véspera pelo relator, deputado Rubens Bueno (PPS/PR). Segundo a entidade nacional, o relatório mantinha diversas e graves inconsistências jurídicas e inconstitucionalidades, especialmente ao confundir verbas remuneratórias e indenizatórias – o que é essencial, vez que o teto deve se referir apenas e tão somente a verbas remuneratórias –, contrariando decisões já assentadas na Justiça há décadas. Após tramitação na Comissão Especial, foi reconhecida a legitimidade da posição defendida pelas entidades de classe.

O resultado foi a retomada do Projeto de Lei 3.123/2015, do Executivo. Apesar de o relatório ser amplamente contrário às pretensões do serviço público, uma vez que, entre tantos problemas, confunde verbas indenizatórias com remuneratórias, a volta do projeto à pauta foi considerada uma vitória pelos membros das carreiras do MP e da magistratura, pois caso seja aprovado na Câmara dos Deputados precisará seguir para o Senado Federal, por onde ainda não tramitou, dando mais tempo para as entidades trabalharem o assunto e sensibilizarem os parlamentares.

EXPEDIENTE

Jornal da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul

PRESIDENTE

Sérgio Hiane Harris

VICE-PRESIDENTES

Martha Silva Beltrame
João Ricardo Santos Tavares
Andréa de Almeida Machado
Antonio Carlos Paiva Hornung

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Claudio Medaglia Jr. (MTb 7608)
imprensa@amprs.org.br

TEXTOS E DIAGRAMAÇÃO

Leticia Vargas (MTb 10.733)
Claudio Medaglia Jr. (MTb 7.608)

FOTOS

AMP/RS, CONAMP e Pg Alves

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA AOS INTEGRANTES DA AMP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
CEP 90050-191, Porto Alegre/RS
(51) 3254.5300, www.amprs.org.br

IMPRESSÃO DE 1.600 EXEMPLARES
Gráfica Ideograf



ARTIGO

Vivemos a era do “Direito Resolucionário”?

**RODRIGO DA SILVA BRANDALISE**

Promotor de Justiça do MPRS em Pelotas. Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor na FMP e palestrante. Autor de livro e artigos sobre consensos processuais.

Recentemente, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editou Resoluções com o intuito de instigar a realização de negócios processuais, caracterizados pelo local onde são feitos e/ou pela finalidade que possuem quanto a um processo judicial em si, em duas áreas nas quais a legislação brasileira não os permite (pelo menos, nos moldes estabelecidos pelo órgão referido).

Duas delas vinculam-se à área criminal (de nº 181 e de nº 183) e se tornaram alvo de inúmeras discussões, inclusive no plano institucional, ao trazerem a previsão do chamado acordo de não-persecução, algo inédito nos seus termos (uma segunda forma de transação penal antes do oferecimento da denúncia, aplicável, em regra, a crimes de pena mínima de até 4 anos e sem violência ou grave ameaça, conforme os termos do atual art. 18 da primeira Resolução).

A terceira (nº 179) diz com a improbidade administrativa, permitindo que seja o termo de ajustamento de conduta celebrado nestes casos, sem prejuízo do ressarcimento e de eventuais sanções (art. 1º, § 1º), ao contrário do que estabelece a Lei nº 8.429/92, art. 17, § 1º. Esta quer se escorar na possibilidade conferida a al-

guns dos legitimados para a ação civil de improbidade administrativa realizarem os chamados acordos de leniência, inclusive com reflexos penais materiais.

Claramente, elas atendem às aspirações de inúmeros integrantes do Ministério Público brasileiro no que diz com as matérias de fundo (os consensos em tais processos, o que, inclusive, sustentamos em obras próprias).

O problema que surge é outro: pode ser desta forma? Resolução é um ato administrativo que regula assuntos de interesse interno, no caso, do Ministério Público brasileiro. Não tem ela o condão de regular interesse de outras áreas. Dito de outra maneira, a Resolução do CNMP não tem o alcance de Lei e, como tal, não subordina juízes e advogados, p. ex..

O fato de elas tratarem de assuntos aprovados por uma maioria institucional, pensamos, não as legitima. Não nos esqueçamos de que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode expedir Resoluções igualmente. Até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil pode editar os providimentos que julgar necessários. Tanto no CNMP como nos demais, os temas são debatidos nos limites dos assuntos que a Constituição Federal estabelece.

Se um Conselho pode legislar, por que o outro não pode, em um verdadeiro “direito resolutório”?

Diz-se isto não ao acaso! Recentemente, a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul convalidou decisão a quo que, ao receber denúncia, determinou, de ofício, que uma ação penal fosse solucionada pela chamada justiça restaurativa, dando cumprimento ao conteúdo da Resolução nº 225 do CNJ (Correição Parcial nº 70076790682). No caso, pouco importa a natureza do fato típico: este procedimento não é regulado por Lei Federal (somente a União pode legislar em matéria processual, nos ditos de nossa Carta Maior). Ainda assim, disse o órgão fracionário que não existe erro, abuso

ou inversão tumultuária de atos e fórmulas legais em assim decidir.

Errará quem usar esta decisão para atacar, ainda mais, a justiça restaurativa, pois sabemos que há seus opositores. A questão que se põe é outra: se um Conselho pode legislar, porque o outro não pode, em um verdadeiro “direito resolutório”? Escolheremos Resoluções conforme o que gostamos ou não em matéria jurídica? Afinal, quem garante que os acordos propostos pelo CNMP atendem aos interesses da sociedade? Quem garante que a justiça restaurativa desejada pelo CNJ atende a estes mesmos interesses? Mais ainda: quem, efetivamente, representou a sociedade na confecção de tais atos normativos?

E se acontecer o ‘extremo dos extremos’: se os dois Conselhos regulamentarem, diversamente, a mesma matéria, qual dos atos deverá ser cumprido? Em um país muito criticado por seu sistema de justiça, à partida, fica evidente que esta disputa por aplicação de Resoluções em nada contribuirá para a efetivação e melhora.

Esperamos que o leitor entenda que não se faz uma crítica às iniciativas institucionais para atendimento das Resoluções do CNMP, muito menos críticas a quem já esteja a dar cumprimento fático a isto. O que preocupa é a forma como se está querendo preencher um espaço neste momento de especial crise política que vivenciamos. Afinal, constitucionalmente, os Conselhos têm atuação no controle administrativo, financeiro e do cumprimento dos deveres funcionais de quem a eles vinculados. Não lhes foi dado qualquer poder substitutivo do Legislativo ou do Executivo.

O que se espera é que, considerando as realidades como estão a se moldarem, que os Conselhos apresentem suas iniciativas junto ao Poder específico para a edição de Leis e que, até lá, as formas de consenso expressadas (justiça restaurativa e os demais acordos citados) possam ser usados e interpretados dentro dos espaços que a Lei brasileira autoriza.

DIRETORIA AMPLA

Comunicação direta fortalece união da classe

Os grandes temas da carreira e da Instituição são objetos regulares de abordagem e análise por parte da diretoria da AMP/RS junto aos seus associados, especialmente nas reuniões mensais da Diretoria Ampla, que acontecem toda primeira sexta-feira de cada mês, na sede administrativa da entidade, abertas a todos os membros. Igualmente,



nas reuniões de Núcleos por todo o RS, essas e outras pautas são discutidas com os colegas que atuam em comarcas do Interior. Neste ano, de março a julho, já houve cinco encontros da Diretoria Ampla, ocasiões em que foram tratadas questões como a Reforma da Previdência (que acabou perdendo força com a aproximação do período eleitoral e o desgaste do governo federal), somada à intervenção no estado do Rio de Janeiro. A perspectiva é que a Reforma não seja votada em 2018.

Outro tema das reuniões foram as estratégias de ação na Assembleia Legislativa em torno de questões ligadas à carreira, como a automaticidade e a redução das diferenças remuneratórias entre as entrâncias. Ainda, foram abordados projetos de

lei que tramitam no Legislativo estadual, a reforma do Código de Processo Penal, o andamento, na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, das discussões em torno do auxílio-moradia.

Em âmbito estadual, a derrubada do veto parcial do governador ao PL 206/2017, no que diz respeito à antecipação do repasse do duodécimo e à regulamentação das férias dos membros do MP gaúcho foram alguns dos assuntos em debate. Sobre este tema, a AMP/RS formou uma comissão, integrada pelo tesoureiro da entidade, Fernando Andrade Alves, e pelos colegas Daniel Ramos Gonçalves e Flávio Passos, que analisarão sugestões de ajustes enviadas pela classe. O resultado do estudo será encaminhado à Administração Superior do Ministério Público.

INTERIORIZAÇÃO

Encontros com núcleos democratizam gestão

Uma das prioridades da atual gestão da AMP/RS é a integração entre seus associados, tanto da Capital quanto do Interior. As reuniões de Núcleos, realizadas por todo o RS, cumprem parte deste papel. Neste ano, já houve encontros dos núcleos da Serra, do Vale do Taquari, da Grande Porto Alegre e de Santa Ma-

ria, congregando mais de 50 membros do Ministério Público gaúcho.

Os temas discutidos invariavelmente abordam a realidade local, regional e factual, inserindo o MP e o seu desempenho nas principais questões do dia a dia da sociedade. São debatidos, também, assuntos de interesse da própria classe. Para o pre-

sidente da AMP/RS, Sérgio Harris, é fundamental cultivar esta prática: “As reuniões nos Núcleos são momentos ímpares em que temos a oportunidade de informar e aproximar os colegas. É a chance para que mantenhamos uma unidade nas diretrizes que norteiam nossas ações diárias, valorizando, assim, a instituição”, avalia ele.



CANOAS



CAXIAS DO SUL



LAJEADO



SANTA MARIA

ASSOCIATIVISMO

Victor Hugo Azevedo assume direção da CONAMP

Eleito por aclamação no final de 2017 para comandar a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) no biênio 2018-2020, o promotor de Justiça gaúcho Victor Hugo Azevedo foi empossado no dia 13 de março, em Brasília. Natural de Cruz Alta, o dirigente tem 35 anos de atuação institucional e uma longa trajetória como líder associativo. Ex-presidente da AMP/RS (2011-2014), Azevedo foi vice-presidente da entidade nacional nos biênios 2014-2016 e 2016-2018, período em que a CONAMP foi conduzida pela baiana Norma Cavalcanti.

A solenidade foi prestigiada pela diretoria da AMP/RS. Em seu discurso, Azevedo ressaltou a importância da missão dos promotores e procuradores de Justiça de fiscalizar e garantir os direitos da população e comprometeu-se a lutar para preservar o modelo de Ministério Público consagrado pela Constituição Federal, empenhando-se para assegurar dignidade remuneratória aos membros do MP e para ajudar a transformar o Brasil em um lugar em que se tenha orgulho de viver.

Victor referiu-se aos ataques e ameaças sofridos por integrantes do MP e da magistratura: “A verdade é que as conquistas institucionais do MP, avanços



inegáveis do novo modelo de Estado Democrático fundado pela atual ordem constitucional, jamais foram tão contestadas como nesses últimos anos. Poucas vezes se viu uma Instituição pagar um preço tão alto como pagam hoje o MP e seus integrantes. Pagamos pelo que fazemos e pelo que deixamos de fazer, por nossos equívocos e excessos mas, o que é pior, pagamos muito caro por nossos inúmeros e inegáveis acertos”, discursou.

EVOLUÇÃO

Uma iniciativa de grande significado marca a nova gestão: em reunião histórica do conselho deliberativo da CONAMP, nos dias 4 e 5 de julho, foram instala-

das duas comissões nacionais especiais: a de Mulheres e a de Aposentados - esta última, por proposição da AMP/RS. Por meio da atuação específica e temática, o objetivo é enriquecer a defesa institucional dos direitos e prerrogativas de promotores e procuradores de Justiça, bem como fortalecer ações de aperfeiçoamento do MP e do sistema de Justiça. Os integrantes das comissões foram indicados pelas entidades afiliadas. Os gaúchos serão representados por Antonio Carlos Hornung e Paulo Weschenfelder na comissão de Aposentados. Já as representantes da AMP/RS na Comissão Nacional das Mulheres serão Martha Beltrame e Andréa de Almeida Machado.

Sérgio Harris é o novo diretor da Região Sul



No mesmo evento, o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris – vice-presidente da entidade gaúcha nos dois mandatos de Victor Hugo – assumiu o posto de diretor da CONAMP para a Região Sul. Harris fez questão de salientar as qualidades do colega: “É motivo de orgulho

ver um parceiro com a sua capacidade de articulação e o seu empenho e dedicação na defesa das classes do MP ocupar um cargo tão relevante como é o de presidente da CONAMP. Desejo a Victor muita energia para poder enfrentar com altivez todos os desafios que se apresentarão”.

Diretoria da Conamp 2018-2020

Presidente: Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

1º vice-pres.: Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

2º vice-pres.: Tarcísio José Sousa Bonfim

Secretário-geral: Elísio Teixeira Lima

Tesoureiro: José Silvério Perdigão de Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente: Cláudio Franco Felix

Vice-pres.: Adécion Caliman

Secretário: Lindomar Tiago Rodrigues

Membro: Lucas Felipe Azevedo de Brito

Membro: Luciano César Casaroti

Diretores regionais

Sul: Sérgio Hiane Harris (RS)

Sudeste: José Oswaldo Molineiro (SP)

Centro-Oeste: Roberto Aparecido Turin (MT)

Nordeste: Francisco Bergson Gomes Formiga Barros (PB)

Norte: Lauro Tavares da Silva (AM)

FÓRUM MAIS SEGURANÇA

Atividade unifica os discursos em busca d



O 3º Fórum Mais Segurança, que aconteceu no dia 4 de junho, no Palacinho do Ministério Público, foi marcado pelo grande interesse do público, dos veículos de comunicação, de autoridades civis e militares e de membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Promovido pela Associação do Ministério Público do RS - AMP/RS e pela ONG Brasil Sem Grades, o evento reuniu especialistas em segurança pública do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, e foi transmitido ao vivo, na íntegra, pelas páginas das entidades promotoras no Facebook.

Dando boas vindas ao público, o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, falou do seu orgulho por ter participado da concepção e da realização da atividade e fez um apelo: "Não queremos o endurecimento das penas, mas o cumprimento das penas determinadas", disse.

O presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, alertou para o fato de que o Congresso Nacional deverá votar, em breve, a revisão do Código de Processo Penal. "Trata-se de um retrocesso, pois retira o poder de investigação do Ministério Pú-

blico, inviabilizando o combate seguro e firme contra a corrupção", avaliou.

Em sua fala, o secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, que no evento representou o governador José Ivo Sartori, criticou a legislação "permissiva" do Brasil, que considera um indutor do crime. "Precisamos melhorar o aparato público para o enfrentamento ao crime. Igualmente, a investigação, o inquérito e a perícia, para que o MP e o Judiciário possam julgar com mais rapidez e melhores resultados. E, evidentemente, integração de inteligências", defendeu.

O procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, disse que o enfrentamento à criminalidade depende da ação conjunta de toda a sociedade civil organizada e afirmou: "O Ministério Público é parceiro, sempre. E este Fórum

tem a missão de mostrar as dificuldades que enfrentamos. A impunidade é uma delas, porque deseduca. A punição educa", pontuou.

O presidente da ONG Brasil Sem Grades, Luiz Fernando Oderich, fez o fechamento do evento. Emocionou-se ao falar da morte do filho, há 16 anos, vítima de um ato criminoso, e fez um alerta: "O estado de São Paulo faz parte do nosso mesmo Brasil, obedece às mesmas leis, enfrenta os mesmos problemas econômicos. No entanto, está vencendo a criminalidade. Isso se deve à gestão competente", concluiu.

A impunidade em números

O primeiro painel reuniu os membros do MP Marcelo Rocha Monteiro (RJ), Flávia Ferrer (RJ) e Bruno Carpes (RS), com mediação do procurador de Justiça Fábio da Costa Pereira (RS). Ao introduzir os palestrantes, Pereira anunciou: "O Fórum vai falar de um país em que ocor-



e alternativas para coibir a impunidade

rem 60 mil homicídios por ano. Menos de 8% são solucionados. Vamos discutir o problema em que estamos imersos e como sair dele”.

A responsabilização aos jovens

A procuradora de Justiça do RJ e presidente do Movimento Contra a Impunidade (MCI), Flávia Ferrer, afirmou que a cada dois adultos presos, há um adolescente apreendido, e que no RJ, 60% dos crimes têm participação de menores. “Está claro que o número de atos infracionais cresce quando não há a punição. O adolescente sabe disso, e os adultos por trás das organizações criminosas, também”, alertou. Ela defendeu a mudança nas leis a fim de responsabilizar os jovens infratores.



Menos piedade com criminosos e mais compaixão por vítimas

O procurador de Justiça do RJ, Marcelo Monteiro, apresentou dados impressionantes: 61.619 mil mortes violentas no Brasil (2016), o que corresponde a 169 mortes por dia. Apenas 8% desses crimes foram apurados. “Há 55 mil crimes em que os autores sequer foram intimados a comparecer a uma delegacia de polícia. Talvez 5% deles, em algum momento, sejam encarcerados”, avaliou. “Com 61 mil mortos por ano, está mais do que na hora de os nossos legisladores e tribunais pararem de ter piedade dos criminosos e terem um pouco de compaixão pelas vítimas”, finalizou.



Prisão é consequência do crime, e não o contrário

Bruno Carpes (MPRS) afirmou que há muita ideologização em torno do sistema prisional brasileiro. Segundo ele, a estimativa é que o País tenha, hoje, 726 mil presos, sendo que parte deles é de condenados que cumprem pena em regime aberto e semiaberto e parte está em casa, sem qualquer controle. Ele apresentou, ainda, dados de pesquisa feita na Região Metropolitana de Porto Alegre: 79% dos

detentos admitem reincidência no crime, 63% dizem que os benefícios do crime são maiores que o custo e 54% ingressam no crime em busca de status, poder e dinheiro. “O Brasil, há décadas, não trata segurança pública e sistema prisional como prioridade. Se não mudarmos a postura, o número de crimes seguirá aumentando”, finalizou.



Que país é esse?

O consultor, ativista e empresário na área de segurança pública, fundador dos movimentos #Tolerância Zero e Brasil 200, Roberto Motta, avaliou as “vantagens” de se cometer um crime no Brasil diante da certeza da impunidade. “No caso da progressão do regime, o criminoso, se condenado, permanecerá apenas 1/6 ou 2/5 da pena na cadeia; sendo que apenas 8% dos homicídios no Brasil são esclarecidos e somente 2% dos roubos registrados em 2017 foram elucidados. Assim, sob a ótica do criminoso, vale a pena correr o risco, pois as chances de ser preso ou de permanecer preso são mínimas”, disse.

Motta elencou os princípios básicos para enfrentar a criminalidade: 1 – O criminoso nunca é a vítima; 2 – A pobreza não é um convite para a criminalidade; 3 – Não importa a motivação do delito e, sim, a sua consequência; 4 – A prisão é a punição mais humana e efetiva; 5 – A sentença para o criminoso não pode ser mais leve que a da vítima.



É possível vencer a insegurança?

O segundo painel contou com o promotor de Justiça do MPRJ, especialista em Inteligência Estratégica, Leonardo Cuña, e com o subcorregedor da Polícia Militar paulista, especialista em Política,

Estratégia e Defesa, Cel. Eduardo Fernandes. A mediadora foi a vereadora de Caxias do Sul e vice-presidente da ONG Brasil sem Grades, Paula Ioris.

Para Cuña, quem comanda a violência é o tráfico de drogas. “O Brasil é o segundo maior consumidor de coca e o primeiro em consumo de crack no mundo. O ciclo da coca envolve Bolívia, Venezuela e Colômbia, que a produzem e a processam. O Brasil entra no esquema através dos seus portos”, disse. O promotor de Justiça ainda criticou o modelo das políticas criminais no Brasil a partir do aumento de pena.



Já o Cel. Fernandes discorreu sobre as ações da PM de São Paulo e sobre o quanto o estado avançou no combate à violência. Para ele, o essencial, para alcançar os bons resultados conquistados, foi a simetria entre a ação da governamental e a comunidade. “A Polícia tem que se aproximar da sociedade para que ela garanta a sua legalidade e a sua legitimidade”, disse. Para ele, trata-se de uma filosofia, de uma integração de processos: “A gestão da segurança pública tem que trabalhar com foco em sistemas inteligentes, dar prioridade às atividades de campo e ter claras normas e padrões que devem ser seguidos”, sentenciou.



Presenças

Nomes importantes da governança, do judiciário e do parlamento prestigiaram o debate sobre segurança pública: o procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen; o secretário da Segurança Pública, Cezar Schirmer, que no evento representou o governador José Ivo Sartori; a deputada federal Yeda Crusius; o presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Valter Nagelstein; o deputado estadual Ronaldo Santini; deputado federal Pompeo de Mattos; o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Marcelo Dornelles; os vice-presidentes da AMP/RS Martha Beltrame, João Ricardo Santos Tavares e Antonio Carlos Paiva Hornung; além de representantes de instituições e entidades.

INTERIORIZAÇÃO



Agenda cheia com as Semanas do MP

Um dos mais amplos e tradicionais canais de integração do Ministério Público gaúcho com a sociedade abriu mais cedo a agenda em 2018. Somente no primeiro semestre, já foram realizadas cinco edições da Semana do Ministério Público, mobilizando as comunidades das regiões Central, Litoral Norte, Serra, Missões e Fronteira Oeste. Desde abril, os encontros levaram palestras sobre temas atuais da atividade ministerial a Santiago, Santo Ângelo, Torres, Farroupilha e Alegrete. As atividades foram prestigiadas pelo presidente, Sérgio Harris, e pelos vices Martha Beltrame e João Ricardo Tavares, e ainda por dezenas de membros da classe. A retomada será nos dias 15 e 16 de agosto, em São Jerônimo. Na sequência será a vez de Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Nova Prata e Cachoeira do Sul. Confira os eventos do primeiro semestre.

Alegrete – 05 e 06/6



A III Semana do Ministério Público de Alegrete foi organizada em parceria com a Universidade Regional da Campanha (Urcamp) pela promotora Júlia Flores Schütt, com mediação do vice-presidente da AMP/RS João Ricardo Tavares. O procurador Fábio Costa Pereira ministrou a palestra “A Lava Jato sob a perspectiva da Teoria dos Jogos”. Sua fala teve como foco a delação premiada relacionada à operação Lava Jato. O promotor do MP Militar Adriano Alves-Marreiros abordou a “Lei 13.491: Júri, crime militar e crime comum – questões inquietantes”. Ele falou sobre

peculiaridades da lei do Direito Penal Militar, especialmente sobre uma alteração recente sobre a competência dos crimes militares. Paralelamente, traçou a relevância de analisar a segurança pública sob duas óticas no que diz respeito aos direitos humanos, contemplando réus e vítimas. Já o promotor Eduardo Corsini falou sobre “A Pós-Verdade no Sistema Carcerário Brasileiro”. Destacou a dificuldade de se trabalhar com a questão dos presídios sem analisar o crime como opção de vida, e não como doença. Por fim, o procurador Sílvio Miranda Munhoz abordou “Criminalidade e Impunidade – reflexões sobre o avanço do crime no Brasil”. De forma aguerida, mostrou como as ideologias garantistas destroem e distorcem, pela academia e pela mídia, a forma como devemos trabalhar no dia a dia contra a criminalidade e a marginalidade.

Farroupilha – 15 a 17/05



A primeira edição do evento em Farroupilha, coordenada pelo promotor Ronaldo Lara Resende, contou com palestras dos promotores Leonardo Giardin de Souza (Decifrando a Esfinge do Garantismo Penal), Diego Pessi (O Democídio Brasileiro), Bruno Carpes (O Mito do Encarceramento em Massa), Eugênio Paes Amorim (Efetivismo Penal e Garantismo Penal), e do procurador Fábio Costa Pereira (O Lado Certo da Vida Errada), além do pesquisador Marcelo Berger (Direito 2.0 - O impacto das novas tecnologias e o novo cenário jurídico à frente dos operadores do direito).

Litoral Norte – 26 e 27/04



Reunindo grande público nas noites de 26 e 27 de abril, a XI Semana do Ministério Público do Litoral Norte foi um sucesso. O evento, realizado no auditório do Campus da Ulbra, em Torres, foi promovida pela Associação do Ministério

Público do RS, por meio da Promotoria de Justiça local.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da Associação de classe, Sérgio Harris, mencionou a importância de ser aberto esse momento de diálogo entre Ministério Público e academia. “Em poucos espaços acadêmicos é possível alcançar esse tipo de riqueza”, disse. Já o organizador do evento, promotor de Justiça de Torres, Vinicius de Melo Lima, afirmou que a comunidade do Litoral Norte já incorporou a atividade no calendário acadêmico, com grande envolvimento dos alunos.

Santo Ângelo – 16 e 17/05

Concebida pelo promotor Gustavo Fava Ferrari, a I Semana do MP de Santo Ângelo contou com boa participação de público, na sua maioria composto por estudantes e profissionais do Direito. Na primeira noite de trabalhos, o colega Rodrigo López Zilio ministrou palestra intitulada “Eleições 2018 e os desafios da Justiça Eleitoral”. Já na noite de encerramento, sob o comando do presidente em exercício da AMP/RS, João Ricardo Tavares, o procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, abordou o tema “O Ministério Público e a defesa social na atualidade”, em que discorreu sobre as diversas áreas de atuação e os resultados efetivos obtidos pela instituição em cada um dos segmentos, como as áreas cível e criminal, bem como as promotorias especializadas.

Dando continuidade à programação, e encerrando a primeira edição da Semana do MP de Santo Ângelo, o promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza falou sobre “Bandidolatria e Democídio”.

Em sua abordagem, fez um resgate da origem e da evolução histórica do chamado “garantismo” penal, relaciona-



O evento contou, na primeira noite, com as palestras “O MP e o princípio da Resolutividade na Constituição Federal de 1988”, ministrada pelo chefe do MP gaúcho, Fabiano Dallazen, “Segurança Alimentar e o Combate à Fraude de Medicamentos”, tema exposto pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, Caroline Vaz. O público também conferiu abordagens sobre “A Atuação da Promotoria de Justiça de Combate à Lavagem de Dinheiro”, objeto da fala do promotor Marcelo Tubino Vieira; e “A Investigação Criminal às Organizações Criminosas”, apresentada pelo promotor Gerson Daiello.

Santiago – 11 a 13/04



A IV Semana do Ministério Público de Santiago foi planejada pela promotora de Justiça Silvia Inês Miron Jappe, em parceria com o curso de Direito da URI. Ao todo, foram três noites de atividades. Na primeira, o procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, ministrou a palestra “O Ministério Público e a Defesa Social na Atualidade”, em que defendeu o for-

talecimento das instituições como caminho para o enfrentamento da grave crise política brasileira. Na sequência da programação, o promotor do Júri de Porto Alegre Eugênio Paes Amorim falou ao público sobre “O efetivismo penal no Tribunal do Júri”, enquanto o promotor Leonardo Giardin de Souza tratou do tema “Bandidolatria e Democídio”.

Ainda na abertura, a vice-presidente da Associação Martha Beltrame observou que o momento é de mudanças na sociedade e que é preciso buscar o novo e reafirmar as parcerias de sucesso. “Em mais de 30 anos desde a primeira edição, em Santa Cruz do Sul, e três décadas da Constituição Federal de 1988, o MP cresceu, avançou em áreas importantes, especialmente

rumo à defesa dos direitos fundamentais. Por outro lado, enfrentamos uma crise moral, econômica e ética sem precedentes no Brasil. E o MP, sem descuidar dos avanços antes referidos, vê a necessidade de voltar os olhos de forma especial e especializada para a defesa dos direitos sociais, atuando no combate à criminalidade, à corrupção e à lavagem de dinheiro”, disse Martha. Nesse cenário, acrescentou, os debates do evento ganham especial importância. “A realização da Semana do MP de Santiago destaca a importância da atuação combinada da Associação com o Ministério Público, a URI, demais atores do sistema de justiça e a sociedade. Essa parceria aponta que estamos conectados com a nova forma de atuação: conjunta, articulada, em rede, de forma aberta e com diálogo permanente”, declarou.

O futuro é agora!

Em cenário futurista, é aberto o XIV Congresso Estadual do Ministério Público



Luzes, movimento, imagens futuristas e muita expectativa. Este foi o clima na abertura do XIV Congresso Estadual do Ministério Público, no dia 1º de agosto, no salão principal do Hotel Serra Azul, em Gramado. Membros da instituição de todo o País prestigiaram a cerimônia realizada na véspera da sequência de dois dias de palestras, reuniões e debates sobre o futuro da instituição, seu papel na sociedade e como aprimorar seu desempenho diante dos desafios da pós-modernidade.

A inovação deste Congresso ficou por conta da ambientação do salão principal: telões com projeções tridimensionais e mensagens alusivas ao desenvolvimento tecnológico, do conhecimento e das relações interpessoais e profissionais envolveram os convidados, provocando a reflexão sobre o tema principal do evento: o Ministério Público e o futuro.

O presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), Sérgio Harris, recebeu os congressistas lembrando-lhes da responsabilidade que os atuais membros do MP têm para com o futuro da instituição, diante de sua história gloriosa: “Olhar como começamos, sem qualquer estrutura, como exército de um soldado só, e

ver aonde chegamos, particularmente, me enche de orgulho, tanto pelo trabalho realizado em cada Comarca nos idos tempos, como pelo papel político desempenhado no período passado”, disse. E acrescentou: “Acredito que não há erro dentro da nossa Instituição que não possa ser corrigido pelos nossos próprios acertos, que são tantos”. Citando Aristóteles, conclamou os colegas a terem coragem diante dos desafios que estão por vir: “A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras”.

Na sequência, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Victor Hugo Azevedo, ressaltou a importância de momentos como o do encontro. Lembrou que o MP brasileiro foi forjado em ambientes congressuais: “Assim nasceu a Carta de Curitiba. Assim se formatou o modelo de Ministério Público consagrado na Constituição Federal de 1988”.

Já o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Benedito Torres Neto, alertou que em situações de crise, as soluções individualistas podem colocar tudo a perder: “Nunca como neste momento o MP esteve tão unido. Se mantivermos essa união, saire-

mos mais fortalecidos do que nunca”.

Por fim, o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, sublinhou a relevância do tema do Congresso. E salientou: “Somos o Ministério Público da Constituição, da sociedade, e não de grupos. O momento é de coesão interna, para reforçar nossa unidade e capacidade de atuação”.

A solenidade foi prestigiada pelos vice-presidentes da AMP/RS, Martha Beltrame, João Ricardo Tavares, Andréa de Almeida Machado e Antonio Carlos Paiva Hornung; e pelo tesoureiro, Fernando Andrade Alves. Também, o procurador geral de Justiça, Fabiano Dallazen, o subprocurador-geral Marcelo Dornelles, o corregedor-geral do MPRS, Ivan Saraiva Melgaré, o ouvidor, Mauro Henrique Renner, o presidente do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos do MP, Luciano Brasil, e o representante da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Alexandre Saltz. Também procuradores-gerais de Justiça, os ex-PGJ Simone Mariano da Rocha, Cláudio Barros Silva e Roberto Bandeira Pereira, além de corregedores, diretores de escola, ouvidores e os ex-PGJ jubilados de todo o país, líderes classistas e autoridades municipais.

COMENDA DIRCEU PINTO

Membros do MP gaúcho são agraciados

Quatro importantes personalidades do MPRS foram agraciadas com a Comenda Dirceu Pinto no dia 1º de agosto, durante a solenidade de abertura do XIV Congresso Estadual do Ministério Público do RS. A honraria é a mais importante concedida pela AMP/RS e destina-se a figuras públicas, lideranças comunitárias e membros do MP que se destacaram em suas áreas de atuação e contribuíram para consolidação e fortalecimento da instituição. Nesta edição, receberam a comenda os procuradores de Justiça Cláudio Bonatto, Gilmar Possa Maroneze e Agenor Casaril, além do promotor Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco. A Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, também receberá a comenda no dia 3 de agosto, data do encerramento do encontro.



Raquel Elias Ferreira Dodge



Procuradora-Geral da República; Mestre em Direito pela Harvard Law School; Membro do Ministério Público Federal desde 1987, foi promovida por

merecimento aos cargos de Procuradora Regional da República e de Subprocuradora-Geral da República; oficia no STJ desde 2008, em matéria criminal; é membro do Conselho Superior do MPF, por três mandatos, eleita pelo Colégio de Procuradores da República. Tem intensa atuação na área criminal, na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias, do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica e também eleitoral.

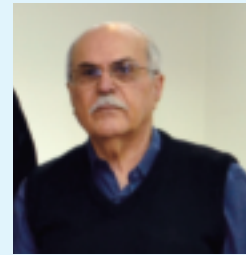
Agenor Casaril



Procurador de Justiça aposentado, advogado; membro do MPRS há 39 anos; atuou nas Promotorias de Gramado, 1ª Lagoa Vermelha, 1ª e 3ª de

Santa Cruz do Sul; foi Coordenador das Promotorias Criminais de Porto Alegre, 2ª Criminal do Alto Petrópolis; Promotor-Corregedor; Procurador de Justiça substituto e Procurador de Justiça, de 1991 a 1997. Atuou perante a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada-RS, 8ª Câmara Cível e 3ª Câmara Criminal do TJ-RS. Integrou o Conselho Superior do MP por um mandato, eleito pela classe. É Presidente da SICRE-DI-MP desde 2008. Professor e membro da diretoria da Escola Superior da FMP.

Claudio Bonatto



Procurador de Justiça aposentado e professor de Direito do Consumidor nas Escolas do MP e da Magistratura. Ingressou no MPRS em

1986. Foi Promotor de Justiça em Sto. Antônio das Missões, S. Marcos, Encruzilhada do Sul, Novo Hamburgo e Porto Alegre, onde coordenou as Promotorias de Defesa Comunitária (1991-95). Promovido a Procurador, coordenou o CAO de Defesa Comunitária (1995-97). Concorreu a Procurador-Geral de Justiça (1996), integrando a Lista Tríplice. Foi Vice-Presidente de Aposentados da AMP/RS e Superintendente da SAS. Atualmente, é Presidente da FAS da AMP/RS, em 2º mandato.

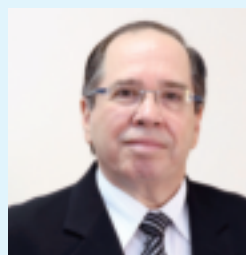
Gilmar Possa Maroneze



Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais (PUCRS), com especialização em Direito Político (Unisinos). Ingressou no MPRS em 1988. Atuou nas Promotorias de Justiça de Porto Xavier, Taquara, Montenegro, Canoas e Porto Alegre; promovido a Procurador de Justiça (2002); atualmente, exerce

suas funções junto à Procuradoria Cível; membro do Conselho Superior do MP, eleito pela classe, pelo 4º mandato. Integrou o OECP por dois mandatos. Foi Coordenador do CAO Cível e de Defesa do Patrimônio Público, do Gabinete de Assessoramento Eleitoral e da Procuradoria de Prefeitos. Foi professor das Escolas Superiores do MP e da Magistratura do RS. Integrou a Diretoria da AMP/RS em diversas gestões, inclusive na atual.

Nilson Ubirajara da Rosa Pacheco



Atuou nas Promotorias de Sto. Ângelo, Sto. Augusto e Veranópolis. Promovido, por merecimento, à 2ª entrância da carreira (1986) e à entrância intermediária (1992). Assumiu as Promotorias de Defesa Comunitária, Infância e Juventude e 2ª Criminal de Sta. Cruz do Sul. Removido, a

pedido, para a 2ª Curadoria Cível de Viamão (1995). Promovido à entrância final, foi designado para a 1ª Promotoria Criminal do Foro Regional do Partenon (POA). Na AMP/RS, foi Diretor de Valorização Funcional, Assessor da Vice-Presidência de Aposentados, Diretor da Sede Campestre, Vice-Presidente de Aposentados, Conselheiro Titular do Conselho de Representantes e Vice-Presidente de Aposentados.

Palestrantes avalizam qualidade do evento



Raquel Dodge

Com um qualificado cartel de palestrantes, a programação científica do XIV Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul começa no dia 2 de agosto. Nas dependências do Hotel Serra Azul, em Gramado, nomes como o da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann e do juiz federal do Rio de Janeiro Marcelo Bretas estarão compartilhando com os congressistas suas impressões sobre diferentes temas que ligam o atual contexto institucional e o Brasil do futuro.

Em formato mais descontraído e informal, a programação será aberta pelo professor, escritor e neurocientista paulista Pedro Calabrez.



Pedro Calabrez

Sócio-diretor da NeuroVox e pesquisador do Laboratório de Neurociências Clínicas (LINC) da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, ele falará ao público no Painel Filosófico, às 10h. Criador dos primeiros cursos de neurociências aplicadas aos negócios do Brasil, Calabrez construiu sua carreira em ciências cognitivas aplicadas ao comportamento humano, prestando serviços de inteligência comportamental a instituições governamentais e algumas das maiores empresas do Brasil e do mundo.

À tarde, a partir das 15h30min, o doutor em Ciências e mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Marcus Paulo Rycem-

bel Boeira abre o Painel Constitucional. Em sua participação, Boeira abordará o



Marcus Boeira

tema “O futuro do Ministério Público e o neo-constitucionalismo: a lógica das instituições e a lógica dos direitos no Estado Constitucional”. O palestrante abordará a dependência existente entre a lógica dos direitos e a racionalidade das instituições. Conforme Boeira, a organização dos poderes políticos, o modelo de hierarquização e sistematização das funções jus-políticas no Estado Constitucional são temática imprescindível para a correta justificação e aplicação dos direitos. “As diversas teorias da argumentação só encontram limites definidos e padrões epistemológicos coerentes no escopo de uma ordem institucional capaz de distinguir as funções estatais em consonância com os poderes políticos, sem o qual emergem patologias administrativas, governamentais, legislativas e jurisdicionais, como a indústria legiferante e o ativismo judicial”, observa.

Na sequência, Tiago Ribeiro Alves de Melo, doutor em Gerenciamento de Negócios pela Universidade de Salamanca e mestrado pela



Tiago de Melo

University of Liverpool, irá explorar os avanços tecnológicos nas disciplinas de ciência de dados e inteligência artificial e suas aplicações práticas na Justiça. O economista trará exemplos de soluções no Brasil e no mundo e relacionará os ganhos, benefícios e ponderações que essas novas tecnologias trazem para o ecossistema da Justiça, em particular para os Ministérios Públicos. Tiago abordará, ainda, questões relacionadas ao aumento de eficácia, qualidade e agilidade da atividade intelectual dos tomadores de decisão no âmbito da Justiça, cruzamento de informações internas e externas, utilização de indicadores, exemplo de “o que não fazer” em data science, como montar uma equipe de cientistas, como sair da teoria para obter resultados concretos, assim como o escopo dessas soluções.

Já no dia 3, após a Tribuna Livre, no turno da manhã, as atenções dos congressistas estarão concentradas nos conteúdos a serem trazidos pelo juiz federal Marcelo Bretas. Às 14h30min, no Painel Fortalecimento das Instituições e seu papel no futuro do Estado Brasileiro, ele deverá tratar, em linhas gerais, das medidas a serem adotadas pelas instituições para estarem adequadas às novas demandas da sociedade e se protegerem das ameaças externas.

As conferências de encerramento serão proferidas pelo ministro Raul Jungmann, às 16h30min, e pela procuradora-geral, Raquel Dodge, às 17h20min. Na ocasião, a chefe do Ministério Público brasileiro também será agraciada com a Comenda Dirceu Pinto, honraria concedida pela AMP/RS àqueles que se destacaram em suas áreas de atuação na defesa dos interesses maiores da sociedade e também que contribuíram para consolidação e o fortalecimento do Ministério Público.



Marcelo Bretas



Raul Jungmann

A man with dark hair and a beard, wearing a blue and white striped button-down shirt, is looking down at a smartphone he is holding with both hands. The background is a warm, out-of-focus indoor setting with golden light. The text is overlaid on the right side of the image.

SEU ESTILO E SEUS PROJETOS DE VIDA EM TOTAL **AFINIDADE**.

Se você valoriza a excelência na hora de se relacionar com um banco, bem-vindo ao Banrisul Afinidade.

Um modelo de atendimento que entende o que é importante para você, oferecendo as melhores soluções financeiras e de negócios, com agilidade e segurança.

banrisul.com.br/afinidade

SAC: 0800.646.1515 - Deficientes Auditivos e de Fala: 0800.648.1907

Ouvidoria: 0800.644.2200 - Deficientes Auditivos e de Fala: (51) 3215.1068



TEMAS REMUNERATÓRIOS

Segue impasse em torno do auxílio-moradia

Sem reajuste nos subsídios desde 2015, a luta sobre a questão remuneratória é pauta constante de trabalho das entidades representativas do Ministério Público em todo o País. No Rio Grande do Sul não é diferente, e a AMP/RS tem sido uma voz forte e presente em todos os fóruns de discussão do tema. A evolução do assunto está aberta, já que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não engessou a possibilidade de reajuste dos salários dos servidores públicos. Tal resultado foi fruto de um amplo trabalho das entidades representativas junto aos parlamentares. Falta, ainda, a remessa do orçamento do Poder Judiciário com a previsão do reajuste, e isso se dá por iniciativa do comando do STF. Entretanto, em 2017 a presidente da Corte, ministra Cármen Lucia, não projetou qualquer aumento para este ano e, ao sinalizar não ter intenção de mudar sua posição em relação ao próximo exercício, amplia a dificuldade das carreiras jurídicas, que já acumulam perdas inflacionárias de 46%.

Por outro lado, o sempre em pauta auxílio-moradia esteve prestes a ser julgado no último mês de março, quando o ministro Luiz Fux, em decisão adequada, remeteu o tema para análise na Câmara de

Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU). De lá para cá, representantes das entidades de classe acompanharam todas as reuniões. Nos encontros, os membros do Ministério Público sempre se posicionaram abertos a discutir o tema, mas expuseram com ênfase o longo tempo sem reajuste na remuneração.

“A volta do VTN é um marco fundamental a ser buscado, pois, além de justo, retoma o plano de carreira tão necessário para a remuneração adequada dos membros do MP e da magistratura.”

Sérgio Harris
Presidente da AMP/RS

Em junho, a AGU remeteu ao ministro Fux um relato sobre os desdobramentos e conclusões extraídas das reuniões. No documento, o órgão sugere alternativas para equalizar o impasse. Entre elas, a “recomposição do subsídio mediante elevação do teto remuneratório, com a consequente extinção dos valores recebidos a título de ajuda de custo para moradia”. Observa, porém, que essa opção

demandaria, primeiramente, proposta de lei de iniciativa da presidente do STF, para reajuste do subsídio dos ministros daquela Corte. Igualmente, a procuradora-geral da República precisaria apresentar proposta de reajuste do subsídio dos membros do Ministério Público da União.

Outra possibilidade aventada pela AGU foi a aprovação e promulgação, pelo Congresso Nacional, de Proposta de Emenda à Constituição que vise a estabelecer parcela de valorização por tempo na magistratura e no Ministério Público (VTN), com a consequente extinção da ajuda de custo para moradia nos âmbitos estadual e federal. Para o presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, “A volta do VTN é um marco fundamental a ser buscado, pois, além de justo, retoma o plano de carreira tão necessário para a remuneração adequada dos membros do Ministério Público e da magistratura”. O VTN representa um estímulo à permanência na carreira, mas, por se tratar de uma PEC, o processo legislativo demandaria maior tempo para aprovação, além de exigir quórum qualificado e, enquanto perdurar a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, há a vedação constitucional de se votar PECs.

A expectativa sobre os desdobramentos do tema fica para o segundo semestre.

ARTIGO

Relevante e indispensável | Cláudio Brito

promotor de Justiça, aposentado e jornalista

Certa feita, no Congresso Nacional, acompanhando as votações que definiriam a Lei Orgânica do Ministério Público, percorrendo gabinetes e fazendo plantão no plenário, ouvi de um servidor da Câmara Federal, na hora do cafezinho, que ele servia: “Os senhores têm mesmo razão. É preciso batalhar todos os votos dos deputados. O Ministério Público é relevante e indispensável. O Brasil precisa muito dos promotores. Boa sorte”.

Ante minha surpresa ao ver que aquele funcionário sabia o que estávamos fazendo por lá, um colega do Amazonas afastou qualquer chance de algum espanto: “Todos aqui sabem o que as pessoas vêm pleitear, caso a caso. A pauta é seguida a cada minuto, às vezes com torcida favorável, outras com muita oposição”. Então, percebi que há um mosaico da sociedade brasileira naquele ambiente, o que é muito bom, pois dá chance de reiteradas avaliações, ense-

jadoras de estratégias decisivas.

Nunca esqueci: relevante e indispensável! É o sentimento do povo em relação ao Ministério Público. Tornou-se também nossa bússola. Ao menos, é o que se espera de cada um de nós, pois relevância e indispensabilidade são axiomas incorporados ao cotidiano da Instituição.

Outra vez, no plenário sagrado do Júri, ouvi a saudação protocolar do Defensor, referindo-se ao “ilustre órgão do Ministério Público”. Órgão? Sim, nada mais, nada menos que isso. Órgão. Veio-me à consciência o significado de outros fundamentos, como a unidade e a indivisibilidade. Somos órgãos de uma Instituição sólida, monolítica, una e indivisível. Eis o que nos dizia o servidor da Câmara Federal, quando mostrou sua adesão aos nossos pleitos. Falou-nos da importância e da transcendência de uma Instituição verdadeiramente essencial à Justiça. E era um recado para não ser esquecido. Era como

se tivesse vindo das ruas. A frase era o que a sociedade falava.

Somos, então, membros de uma Instituição permanente, essencial à Justiça. Promotores e Promotoras são a própria Instituição, seus órgãos, como lembrou o criminalista que saudava o acusador no tribunal. E é por todas essas razões que, com frequência, alinham-se aqueles que, por interesses subalternos, movimentam propostas que visam restringir a atuação ministerial ou diminuir prerrogativas. Não se pode dar chance a qualquer retrocesso. Quando renovarem as ameaças, estejamos atentos e, com transparência, saibamos contar à sociedade o que estejam querendo fazer para diminuir as possibilidades de atuação plenamente satisfatória em favor da sociedade.

Antes de qualquer outro, nosso compromisso é fazermos por merecer o conceito de que o Ministério Público é relevante e indispensável.

Vitórias emblemáticas da classe na Assembleia Legislativa

A mobilização das entidades de classe representativas do MP e da Magistratura resultou em importantes conquistas para as categorias e instituições. Dois projetos de autoria do Executivo, encaminhados ao Legislativo ainda em 2017, foram finalmente apreciados e aprovados pelo plenário da Assembleia Legislativa em março deste ano. Os Projetos de Lei Complementar 206/2017 e 207/2017, que tratavam da reestruturação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e de seu desmembramento em IPE Previdência e IPE Saúde, continham, em seus textos, aspectos de interesse do MP e de outras instituições do Estado. Após intenso trabalho das entidades de classe representativas do MP e da magistratura, a incorporação de emendas permitiu a adequação de pontos fundamentais nas versões acolhidas pelos deputados. A diretoria da AMP/RS acompanhou toda a tramitação dos PLCs e, no dia da votação dos mesmos, o presidente, Sérgio Harris, e os vices Martha Beltrame e João Ricardo Santos Tavares marcaram presença no plenário da Assembleia Legislativa.

A grande preocupação era manter a autonomia financeira e administrativa do MP no tocante à previdência do Estado e à manutenção da folha dos aposentados sob o comando da PGJ. Com a aprovação dos PLCs 206 e 207/2017, ambos os objetivos foram atingidos. O texto da Lei ainda traz, como inovações, a ampliação do limite de idade para recebimento de pensão



pelos filhos, de 18 para 21 anos. Para estudantes, o benefício segue valendo até os 24 anos. Igualmente, marido de servidora pública que falecer poderá ser pensionista sem precisar comprovar dependência econômica. Além disso, foi extinta a pensão vitalícia para cônjuges com menos de 44 anos. A nova Lei exige que o casamento ou a união estável tenha ocorrido no mínimo dois anos antes da morte do servidor e cria uma escala de faixas etárias para o pagamento da pensão.

Esse trabalho teve a AMP/RS como uma das protagonistas, e a colaboração da Administração Superior do MPRS, do Poder Judiciário e da Ajuris foi fundamental para o sucesso. O presidente da AMP/RS, Sérgio Harris, comentou: “Aprovamos uma lei muito boa, que garante a permanência da folha dos aposentados sob a gestão do MP.

A Lei gaúcha servirá de parâmetro para os outros estados”, prevê Harris.

A vice-presidente Martha Beltrame disse que as alterações aprovadas constituem “Uma vitória histórica para as mulheres, especialmente em relação às mudanças no sistema de pensões. Agora os filhos estão melhor protegidos e os maridos passam a ter o mesmo direito antes restrito às cônjuges”. Também o vice-presidente João Ricardo Tavares valorizou o esforço coletivo e o trabalho de corpo a corpo junto aos deputados. “Depois de trabalho exaustivo, de muitas conversas com parlamentares da oposição e da base do governo, conseguimos construir emendas que preservaram a autonomia dos poderes e das instituições, com independência administrativa e financeira para gerirem as folhas dos aposentados”.

Mobilização derruba veto do governo

A AMP/RS fez grande esforço junto à Assembleia Legislativa para assegurar o repasse do duodécimo aos aposentados do MP, Judiciário, Legislativo e TCE na mesma data do repasse aos membros em atividade. Isso porque após dar seu aval ao texto do PLC 206/2017 que seria votado e aprovado pelo Parlamento no mês de março, o governo vetou, em abril, o trecho da lei que dizia respeito ao tema. Argumentou que para fazer o repasse aos aposentados no dia 20 de cada mês, o Executivo precisaria retirar o dinheiro dos fundos de rentabilidade antes do dia 30, acarretando em prejuízo e renúncia de receita.

Em que pese, aparentemente, a mu-

dança não implicar atraso na folha de pagamento dos aposentados, o simbolismo da separação entre os duodécimos de ativos e aposentados mobilizou intensamente a AMP/RS, que voltou a dialogar com os deputados, na tentativa de derrubar o veto. Durante cerca de dois meses, a diretoria da entidade e representantes de instituições e poderes atingidos percorreram os gabinetes dos parlamentares abordando o tema. A iniciativa mostrou-se bem sucedida, uma vez que, no começo do mês de junho, a Assembleia Legislativa, por 37 votos a 15, derrubou o veto do governador ao projeto de reestruturação do IPE Previdência, em relação à antecipação do

repasso do duodécimo, permanecendo o texto original que garante o recebimento do duodécimo de ativos e aposentados na mesma data pelo Ministério Público.

O resultado final foi comemorado pelo presidente da Associação, Sérgio Harris. Segundo ele, a derrubada do veto “Foi uma vitória maiúscula. Mesmo quando tudo parecia perdido, avisamos que não nos conformaríamos com o veto do Poder Executivo. A nossa unidade foi mantida e, mesmo que não enfrentássemos problemas com atrasos no pagamento de nossos jubilados, o simbolismo da separação indevida entre os duodécimos de ativos e aposentados nos incomodava bastante”, observou Harris.

ESPORTES

A bola vai rolar em campo gaúcho

Vem aí o XVII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, uma promoção da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), com o apoio da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP). A competição acontecerá entre os dias 15 e 18 de novembro e deverá reunir, mais uma vez, centenas de promotores e procuradores de Justiça de todo o País, que disputarão em quatro categorias: Força Livre, Máster, Super Máster e Sênior. Os jogos ocorrerão nos campos do Centro de Formação e Treinamento Presidente Hélio Dourado, do Grêmio, em Eldorado do Sul.

As inscrições podem ser feitas até o dia 10 de agosto no site da AMP/RS (www.amprs.com.br/torneio). Cada delegação poderá inscrever somente uma equipe por categoria, limitadas ao número de 20 atletas por equipe e respeitados os critérios de idade para cada categoria, devendo cada associação enviar a lista definitiva de atletas no ato da inscrição. Os atletas poderão inscrever-se livremente em até duas categorias, sempre respeitando o limite de idade de cada categoria.



CONEXÃO MULHER

Martha Medeiros no Dia da Mulher

O restaurante Le Bistrot, em Porto Alegre, ficou lotado no dia 7 de março. Cerca de 100 mulheres, integrantes do Ministério Público gaúcho, prestigiaram a programação especial oferecida pelo Conexão Mulher, da AMP/RS, em homenagem ao Dia da Mulher: um talk show com a escritora Martha Medeiros. Martha falou de amores, de maturidade, das dores e delícias de se ser mulher e encantou o público, que participou da atividade debatendo as pequenas grandes questões do cotidiano feminino. Para selar o encontro, foi oferecido um coquetel às colegas do MP, que puderam interagir e confraternizar num clima de amizade e descontração.

As vice-presidentes da Associação, Martha Beltrame e Andréa de Almeida Machado, conduziram a conversa com a escritora, que não deixou pergunta sem resposta. E a plateia, identificada com os depoimentos e impressões reveladas por Martha Medeiros, interagiu com a escritora, fazendo perguntas e reflexões sobre os temas apresentados.

A vice Martha Beltrame ressaltou a importância do encontro: “Quando concebemos o Conexão Mulher AMP/RS, pensamos num espaço onde pudéssemos nos encontrar, trocar experiências e nos divertir, mas também refletir sobre o nosso papel na sociedade atual e as inúmeras cobranças internas e externas a que somos submetidas. Existe uma exi-

gência social para que tenhamos bom desempenho em todas as áreas, para que assumamos mais e mais responsabilidades e para que venhamos a dar conta de vários papéis, tornando-nos mulheres multitarefas”, resumiu a dirigente.

A vice-presidente Social, Andréa Machado, também comemorou o sucesso do encontro: “A alta adesão das colegas só comprova o que já imaginávamos: precisamos, sim, de mais espaço para refletir e debater sobre os nossos papéis, seja como profissionais, mães, esposas e mulheres batalhadoras que somos. E assim, dividindo nossas angústias e alegrias, fica mais fácil encarar os desafios que se apresentam diariamente”, pontuou Andrea.



CRÔNICA

Poucos vão acreditar (mas eu estou convencido)

Mário Cavaleiro Lisboa

mariolisboa12@gmail.com

Permita me apresentar a vocês: eu sou a Lei. Nem sempre existi. Por milênios, a força, a religião e os costumes prevaleceram nos grupamentos humanos. Mas, como eu estava com vontade de existir, fui me insinuando através do subconsciente das pessoas, até que alguns deles começaram a me formatar. No ano de 2050 A.C., na cidade de Ur, foi editado o Código Ur Nammu; no ano de 1930 A.C., em Eshnuna, foi editado o Código de Eshnuna e, em 1700 A.C., na Babilônia, foi editado o Código de Hamurab. E foi só me criarem, já passei a me impor. Agora vou confessar uma coisa da qual não me orgulho muito: no mais das vezes, estive a serviço do Poder. Mas, convenhamos, era a única forma de sobreviver. Se eu desaparecesse, se me negasse a colaborar com o Poder, por certo que seria muito pior. A humanidade voltaria à barbárie. Não foram poucas as vezes que abusaram de mim. Me vilipendiaram, me humilharam e me descaracterizaram. Fizeram gato e sapato de mim. Fui usada para fazer coisas que faria corar até o mais pervertido dos homens. Nessas ocasiões, eu chegava a ter constrangimento de minha própria força. Está certo que, em

Se eu desaparecesse, se me negasse a colaborar com o Poder, por certo que seria muito pior. A humanidade voltaria à barbárie.

determinados momentos, eu era boazinha e praticava muita justiça. Em contraposição, noutros momentos, eu era muito ruinzinha e praticava muitas maldadezinhas. Mas não me abalava muito, mantinha neutralidade profissional. Era o instinto de sobrevivência.

Com o desenvolvimento da humanidade, meus maiores aliados passaram a ser os magistrados. Eles me examinavam detalhadamente e me interpretavam. Passaram a ser meus psicólogos. É, o magistrado era o psicólogo da Lei. Diziam como eu devia me comportar, me impor. Olha, você é assim e assim. Era um conforto. Eles diziam e estava dito. E viviam só para isso. Se bem que, muitas vezes, havia magistrados que me traíam, me des-

consideravam e até me ofendiam. Nada me deixava mais triste. Ser desconsiderado por um inimigo meu, um infrator, vá lá. Mas ser desconsiderado por um aliado, por um amigo íntimo, convenhamos, é de deixar qualquer um muito magoado.

De qualquer sorte, com o tempo, o respeito por mim foi aumentando. Nas democracias mais evoluídas, eu passei a reinar de forma absoluta. E já não estava mais somente a serviço do Poder. Estava a serviço de toda a sociedade. As autoridades trataram de me utilizar com firmeza: escreveu não leu, o pau comeu. O cidadão passou a fazer apenas o que eu não proibia. Ah, era a glória. Uma nação inteira a meus pés. E eu ficava cada vez mais satisfeita com minha função, minha importância. Graças a mim, havia paz social, as pessoas podiam caminhar sossegadas nas ruas de dia ou de noite. Isso me deixava muito orgulhosa.

Os anos passaram, passaram e passaram e eu comecei a perceber que as coisas estavam apresentando uma certa mudança. Eu já não estava mais sendo tão acionada como antigamente, por que seria? Fiquei muito preocupada, estaria em curso algum retrocesso? Se estavam me ignorando poderia estar ocorrendo algum acontecimento muito sério, uma convulsão social, a volta de algum regime autoritário. Procurei me informar com pessoas comuns, ninguém sabia de nada. As autoridades tampouco puderam me dar algum esclarecimento, diziam que estava tudo bem. Como bem?, pensava eu. Se a Lei não é usada, como pode estar tudo bem?

Acho que estão me enganando, escondendo alguma coisa de mim. Então, certo dia, uma pessoa me disse para que eu ir até um determinado bar que alguém queria falar comigo. Achei aquilo muito estranho, em toda a minha vida, de milênios de anos, jamais alguém me convidara para um encontro num bar. Cheia de curiosidade, lá me fui eu. Logo

que cheguei, o garçom me reconheceu e, como se tivesse recebido alguma orientação sobre o que estava ocorrendo, me levou até uma mesa onde estava sentada uma moça. Notei que, ao ser conduzida pelo garçom, as pessoas que estavam no bar me olharam de forma estranha, misto de curiosidade e piedade, o que me deixou ainda mais confusa, o que estaria havendo? A moça me recebeu muito

bem, com um sorriso afetuoso. Pediu que eu me sentasse e escolhesse alguma bebida. Eu pedi uma água sem gás, fora do gelo. Notei que a moça era muito simples, mantinha os

cabelos lisos com naturalidade, não usava pintura alguma e vestia-se com roupas despojadas. Ela então começou a falar sobre o clima. Aquilo me deixou impaciente, eu não tinha vindo ali para falar sobre o clima, o que ela queria mesmo comigo? Como eu nada respondesse e me limitasse a ficar olhando para ela, a moça ficou um pouco em silêncio, depois disse: faz muito tempo que eu estou preocupada contigo. Queria muito falar contigo mas vinha protelando este momento. Acho que agora não dá mais para esperar. Você precisa saber da verdade. Isso de você não ser mais acionada é o resultado de um lento e inexorável processo de evolução da humanidade, tanto de aprimoramento natural como de novas descobertas científicas, manipulação genética, essas coisas, sabe? Hoje, Lei, o ser humano é muito diferente daquele existente na época da tua criação. Hoje, ele está em outro patamar de civilidade. Inegável que durante milênios prestaste relevantes serviços. Mas o teu ciclo se encerrou. Já faz algum tempo que

eu venho tomando o teu lugar. Noto que estás espantada e talvez incrédula com o que eu estou dizendo. E pior: nem sabes direito com quem estás tratando. Pois permita que eu me apresente: eu sou a Ética. Agora é apenas a mim que toda a humanidade obedece. É isso que eu queria lhe explicar. Desculpe, querida, mas você não é mais necessária.

O cidadão passou a fazer apenas o que eu não proibia. Ah, era a glória. Uma nação inteira a meus pés.

Se a Lei não é usada, como pode estar tudo bem?

Entidade estimula qualificação de associados

Um grupo formado por 17 membros do Ministério Público gaúcho, todos escolhidos por meio de sorteio público, participou, de 6 a 16 de maio, do curso “Combate ao Crime Organizado – máfias, corrupção e terrorismo”, na universidade de Tor Vergata, em Roma, na Itália. A experiência foi proporcionada a partir de iniciativa e compromisso da atual gestão da AMP/RS em estimular e promover o aprimoramento profissional de seus associados. Ao final da viagem, um amplo saldo de aprendizagem e conhecimento sobre questões da atividade ministerial no Brasil, mas sob a ótica italiana.

Entre os temas, estiveram normativa sobre a lavagem de dinheiro no Direito italiano e europeu; o sistema penal da lavagem de dinheiro; corrupção e crime organizado; a delação premiada no sistema italiano; apreensão de bens preventiva e contra as organizações criminosas. Dos conteúdos, resultaram relatos e análises comparativas entre as realidades brasileira e italiana.

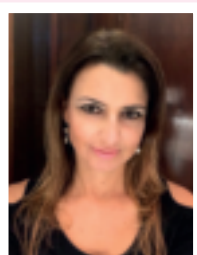
Para a promotora Júlia Flores Schütt, de Alegrete, o curso proporcionou percepções, por meio de análise comparativa entre os sistemas jurídicos italiano e brasileiro - que apenas reforçam a já constatada e urgente necessidade de aprimoramento dos nossos sistemas penal, processual penal e de execução criminal. “Durante aula do magistrado Roberto Piscitello, diretor-geral da Administração Penitenciária da Itália, conhecemos pe-



culiaridades do sistema italiano de execução penal, cuja estrutura está longe de ser idealizada por outros países, inclusive por conta da superpopulação das casas prisionais. Traçando, contudo, de forma superficial, um paralelo entre as legislações brasileira e italiana, aliadas às respectivas interpretações jurisprudenciais, referentes a alguns institutos relacionados ao arcabouço jurídico da Execução Penal, vergonhosa é a leniência do sistema brasileiro frente àquele”, observa.

Júlia exemplifica que, enquanto a 1ª turma do STF discutia a possibilidade de concessão de remição ficta aos presos, o trabalho desenvolvido pelo apenado na

Itália não confere ao criminoso direito à redução da sua pena. Questionado pela promotora sobre a possibilidade de progressão de regime de cumprimento de pena na Itália, Piscitello respondeu que sim. Mas destacou: a depender da gravidade do crime e do comportamento prisional, o condenado pode “progredir” de duas horas diárias para 10 horas diárias de convivência com outros apenados e de circulação livre dentro do estabelecimento prisional. Diante da resposta do italiano, Júlia questiona: “Há quem de fato acredite que os nossos sistemas semiaberto e aberto são mesmo regimes de cumprimento de pena?”



Valiosa imersão

O Curso de Combate ao Crime Organizado proporcionou aprimoramento técnico-cultural, avalia a diretora cultural da AMP/RS, Angela Dal Pos. Durante as aulas, expoentes das instituições de combate ao crime organizado da Itália descortinaram a estrutura, modus operandi e características das organizações criminosas daquele país, bem como as estratégias e ações adotadas pelo Estado italiano para combatê-las, lembra Angela. Confira o depoimento da promotora:

“A experiência foi muito rica. Durante as aulas, observamos o uso de avanços tecnológicos e compartilhamento de informações para a prevenção, investigação e combate ao crime organizado e entendemos o contexto que os levou a adotar rígidas medidas penais para os crimes de máfia, inclusive recebendo duras críticas das organizações de direitos humanos. A citar, constrição e confisco preventivo de bens; e regimes carcerários duros, com isolamento total entre os presos e sem comunicação exterior. Ainda, visitas institucionais à Embaixada Brasileira, à Corte de Cassazione e ao Parlamento. Também vivenciamos o espírito de

Roma, em passeios extraclasse, e estreitamos os laços de amizade entre os participantes. Aliás, algo a se aprender com as organizações criminosas da Itália é a capacidade de se relacionar com as pessoas. Se infiltram em todas as camadas sociais e, assim, obtêm acesso a informação privilegiada, contatos em altos escalões da política, exercendo atividades econômicas e de poder. Cabe a nós fazermos o mesmo, conectando-nos com os demais operadores do direito e com a sociedade civil, para troca de informações e experiências, para melhor combater o crime, pois, estando os criminosos cada vez mais criativos, não há como darmos as

mesmas respostas antigas para problemas novos. Portanto, o que justifica um curso presencial é justamente este viés de conexão com pessoas e networking proporcionado. Ninguém volta igual de uma imersão em estudo e cultura como esta. Profissionais melhor preparados e com horizontes ampliados retornam aos seus afazeres cheios de ideias e prontos para mudar a realidade. Na nossa caixa de ferramentas, além do conhecimento, adicionamos uma bagagem valiosa de amizade e contatos profissionais que podemos recorrer a qualquer momento. E isso fará toda a diferença no caminho a percorrer como instituição.”

Responsabilidade Social no foco da AMP/RS

A vice-presidente da AMP/RS Martha Beltrame reuniu-se, no dia 23 de julho, com o Diretor Superintendente da Fundação Gaúcha dos Bancos Sociais - Indústria da Solidariedade/FIERGS, Paulo Renê Bemhard. Os representantes das duas entidades firmaram uma parceria para que a Associação possa arrecadar alimentos para doação a entidades carentes, através de um dos 13 bancos sociais que a Fundação mantém, o Banco de Alimentos. A primeira iniciativa neste sentido se dará já no XIV Congresso Estadual do MP, em agosto, em Gramado, onde os congressistas terão a oportunidade de conhecer melhor o projeto e de contribuir com ele através de um clique. Um totem com um computador estará disponível para que, cada vez que alguém clicar em uma cidade e em uma empresa cadastrada no site www.cliquealimentos.com.br, a empresa doe um quilo de alimento para uma entidade carente da cidade escolhida.

Criado em 2000, o Banco de Alimentos do RS foi o primeiro do País e integra como um gerenciador de coleta,

armazenamento e distribuição de doações para entidades assistenciais cadastradas. Desde a sua fundação, o Banco de Alimentos já arrecadou 12 milhões de toneladas de alimentos, e distribui, atualmente, uma média de 250 toneladas por mês entre 331 instituições da Capital – o equivalente a 21 mil famílias.

“Vamos no somar ao esforço coletivo que empresas e instituições não governamentais já fazem para levar alimento àqueles que mais precisam. Sob a coordenação do Banco de Alimentos da FIERGS, vamos divulgar o trabalho que vem sendo feito há 18 anos e, dentro das nossas possibilidades, contribuir para o aumento da arrecadação de alimentos”,



disse Martha Beltrame.

Paulo Renê comemorou a iniciativa da AMP/RS: “Ao colaborar com o Banco de Alimentos, a Associação ganha o mais importante: a certeza de estar ajudando quem realmente precisa. Através dessa demonstração de responsabilidade social e de cidadania institucional, ganha também o reconhecimento da comunidade, dos funcionários, dos associados e de toda a sociedade”, disse.

Jubilados do MP têm espaço para debates



O Rio Grande do Sul está despontando nacionalmente no que diz respeito à relação estabelecida entre o Ministério Público, os colegas da ativa e os aposentados. Exemplo disso são os tradicionais Almoços de Aposentados que ganham cada vez mais adeptos. Desde março, na última quinta-feira de cada mês, os inativos

retomaram as reuniões na sede campestre da Associação. Nas oportunidades, a diretoria da AMP/RS aborda os principais acontecimentos envolvendo a categoria.

Este ano, temas como a representação dos inativos nas diretorias das associações do MP e da CONAMP, a paridade vencimental e a previdência, entre outros, foram pauta dos encontros. Em maio, a Administração Superior do MP compareceu ao almoço para esclarecer os trâmites de projetos de lei de interesse da classe.

Muita festa para as mães e para a criançada



O Coelho da Páscoa apareceu na sede campestre da AMP/RS, no dia 25 de março. A festa reuniu cerca de 200 pessoas num almoço festivo, que contou com brinquedos infláveis, presentes e o

próprio Coelho da Páscoa, que distribuiu ovos à garotada. Apesar do tempo chuvoso, a estrutura foi montada no reformulado ginásio poliesportivo, garantindo segurança e conforto aos associados.

Na data, a AMP/RS homenageou os colegas que ingressaram no Ministério Público nos anos de 1957, 1982, 1997 e 2002. O presidente, Sérgio Harris, e os vices Martha Beltrame, Andréa de Almeida Machado, João Ricardo Santos Tavares e Antonio Carlos Paiva Hornung entregaram medalhas aos jubilados alusivas aos aniversários de ingresso na Instituição.

Já o Dia das Mães foi celebrado no dia



13 de maio, também na sede campestre. As brincadeiras com recreacionistas e os brinquedos infláveis envolveram a criançada. Após o almoço, as mães participaram de um sorteio de perfumes e cosméticos oferecidos pela Del Mondo.

Confraternização em Gramado

Em clima de muita animação e integração, um descontraído coquetel marcou a abertura do XIV Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na noite de 1º de agosto, no Hotel Serra Azul, em Gramado. Um elegante espaço, caprichosamente decorado, abrigou os congressistas na confraternização que aproximou ainda mais os participantes do evento. Foram momentos de celebração de grandes alegrias da classe. Membros da Instituição de todo o país, familiares e personalidades de destaque no cenário jurídico e político nacional participaram da festa. Confira algumas imagens.

